

# **Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2012-2015)**



# **Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2012-2015)**



# Sumário

1. Resumo Executivo . . . . .	5
2. Introdução . . . . .	6
3. Seção dos Resultados . . . . .	7
4. Seção sobre Estimativa dos Recursos Necessários . . . . .	12
5. Seção sobre Implementação . . . . .	13
6. Seção sobre Monitoramento e Avaliação . . . . .	14
7. Matriz de resultados . . . . .	15



# 1. Resumo Executivo

Este Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (também conhecido pela sua sigla em inglês, UNDAF, ou seja, *United Nations Development Assistance Framework*), preparado pelo UNCT (do inglês, *United Nations Country Team*) está articulado com a preparação da Análise Conjunta de País (também conhecido pela sua sigla em inglês, CCA, ou seja, *Common Country Analysis*) concluído em maio de 2011. O UNDAF e o CCA são parte da agenda de reforma das Nações Unidas e são produzidos pelos UNCTs globalmente como uma resposta ao desafio lançado pelo Secretário-Geral para que as Nações Unidas articulem uma visão coerente e estratégica com vistas a uma abordagem comum, integrada, na promoção do desenvolvimento dos países.

O fundamento de um UNDAF são as prioridades nacionais de um país. Neste documento, o UNDAF (2012-2015) tem como objetivo oferecer um marco estratégico comum para as atividades das Nações Unidas no Brasil. Desse modo, a coerência e relevância do trabalho interagencial pode contribuir de forma mais efetiva as necessidades presentes no atual estágio de desenvolvimento do país.

Este é o terceiro UNDAF feito para o Brasil. O primeiro compreende o período de 2002-2006 e o segundo de 2007-2011. Esse novo UNDAF reflete a nova realidade brasileira e uma nova visão de cooperação internacional. Nesse contexto, as modalidades de engajamento a serem empregadas sinalizam comprometimento com um modo de atuação e cooperação internacional inovador, menos operacional e mais intensivo em conhecimento, *advocacy* e valor agregado técnico. O Sistema das Nações Unidas no Brasil, em parceria com o Governo do Brasil, elegeu quatro prioridades chave para o seu próximo ciclo de planejamento estratégico:

- ODMs (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) para Todos os Brasileiros e Brasileiras no contexto ampliado das Políticas Nacionais de Desenvolvimento, para reduzir as desigualdades de raça, etnia, gênero e idade, na avaliação e alcance desses objetivos.
- Economia Verde e Trabalho Decente no Contexto da Erradicação da Pobreza e do Desenvolvimento Sustentável, de modo a incorporar esses novos paradigmas na formulação de políticas públicas, expandir o emprego formal de qualidade, e explorar oportunidades oferecidas pela economia verde, que possam resultar em maior inclusão produtiva, diminuição das desigualdades regionais e também de gênero e de raça, bem como na implementação de uma economia de baixo carbono que seja sustentável.
- Segurança e Cidadania, com vistas a melhorar os Sistemas de Justiça e Segurança Pública que garantam a efetivação dos direitos fundamentais, com foco naquelas populações mais vulneráveis por meio de políticas mais integradas e efetivas de prevenção e enfrentamento da violência, inclusive aquela advinda de desastres naturais e emergências.
- Cooperação Sul-Sul, para apoiar a expansão da agenda de cooperação do Brasil. Neste sentido, pretende-se promover uma cultura de colaboração entre instituições brasileiras de modo a diversificar os mecanismos de cooperação horizontal, por meio da ampliação dos mecanismos de gestão do conhecimento com a construção conjunta de novas capacidades com parceiros locais a partir da experiência brasileira e sob a liderança do Governo nacional.

## 2. Introdução

O Brasil conta com uma significativa infra-estrutura, fortalecida por uma economia de grande porte e por instituições do setor público e não-governamentais sólidas. Dispõe assim de significativas capacidades próprias. Ainda existem, porém, desafios a serem enfrentados para seu desenvolvimento, particularmente na dimensão das disparidades regionais, da desigualdade social e étnico-racial. Esses elementos sugerem que o Brasil requer uma relação de trabalho com o Sistema de Nações Unidas adaptada às suas realidades.

A história da cooperação internacional no Brasil mostra que sua contribuição para o planejamento e gestão de programas do Estado Brasileiro foi importante e estratégica. O momento atual, contudo, é de transição, influenciada pela crescente relevância do Brasil no cenário internacional e pela prioridade que hoje dá à superação de deficiências históricas como a erradicação da pobreza extrema e redução das desigualdades.

É neste novo contexto que se apresenta o Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento para o Brasil no período de 2012 a 2015<sup>1</sup>. Esse Marco de cooperação é um instrumento de planejamento estratégico, comum a todas as agências das Nações Unidas que operam dentro do país, oferece uma resposta integrada às prioridades nacionais de desenvolvimento.

O documento baseia-se na articulação entre as prioridades nacionais de desenvolvimento e de cooperação internacional do Governo brasileiro e os princípios programáticos adotados pelas Nações Unidas (abordagem dos direitos humanos,

igualdade de gênero, sustentabilidade ambiental, gestão por resultados e desenvolvimento de capacidades). Constitui igualmente instrumento chave dentro de uma nova agenda de reformas das Nações Unidas com procedimentos operacionais mais harmonizados e integrados. O novo processo alinha a estratégia do Sistema das Nações Unidas no Brasil ao processo de planejamento nacional. O ciclo do UNDAF tem uma validade de quatro anos, alinhado com a validade do Plano Plurianual do Governo Brasileiro (PPA).

A identificação das áreas prioritárias onde o Sistema das Nações Unidas concentrará seus esforços integrados no Brasil para o período 2012-2015 foi feita de acordo com o CCA 2011 (do inglês, *Common Country Assessment*, ou seja, ‘Avaliação Conjunta de País’), que produziu um diagnóstico sobre o atual contexto de desenvolvimento do Brasil, assim como de seus principais desafios.

Durante o Retiro de Priorização Estratégica para o UNDAF (2012-2015), realizado em março de 2011 em Brasília, com a participação de representantes do Sistema das Nações Unidas e do Governo do Brasil, ficou evidente que existe uma grande intersecção dos princípios norteadores das ações das Nações Unidas e do Governo do Brasil, articuladas por meio de uma matriz conceitual que contempla temas refletidos e consolidados nos quatro Resultados a serem apresentados adiante neste documento.

Pela escolha das prioridades para o próximo ciclo de planejamento, discutidas a seguir, entende-se que o Sistema das Nações Unidas agrega valor ao aportar e aplicar o conhecimento de seus princípios programáticos ao processo de desenvolvimento do país. Dentro do novo momento que vive o Brasil, há espaço para as

---

1. Para a elaboração desse documento são seguidos os parâmetros e referências dadas pelos Guias de Preparação I e II do UNDAF elaborados pelo UNDG (do inglês *United Nations Development Group*, ou seja, ‘Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas’).

Nações Unidas contribuírem para os esforços de cooperação horizontal do país, ao mesmo tempo em que atentam para desafios ao desenvolvimento interno identificados nos âmbitos estadual, municipal e junto à sociedade civil organizada. Esse tratamento da espacialidade do desenvolvimento, fundamentado nos princípios programáticos do Sistema das Nações Unidas, aparece em quase todas as áreas prioritárias escolhidas para o próximo UNDAF.

Dentro do novo modelo de cooperação internacional, são fortemente estratégicos para avanços dos países elementos como mobilização institucional, desenvolvimento e aprimoramento de capacidades, aporte e gestão de conhecimento e sustentabilidade da internalização. No contexto brasileiro, em termos concretos, isso significa a priorização de modalidades de atuação das Nações Unidas para apoiar o país na *advocacy* de

prioridades consolidadas (ODMs, redução das desigualdades e erradicação da pobreza), em treinamentos e capacitações, na produção de documentos estratégicos e no registro e disseminação, em escala nacional e internacional, de boas práticas. Para isso, ressalta-se a importância de alinhar as ações do Sistema das Nações Unidas com as prioridades do Governo do Brasil.

O Brasil tem colaborado para a construção de uma agenda internacional de desenvolvimento, por meio de sua participação em fóruns internacionais como o G20, G77, BRICs e IBAs, assim como em missões de paz, entre outras iniciativas, de modo a trabalhar para a construção de consensos em debates internacionais, reforçar o multilateralismo, aprofundar a cooperação sul-sul dentro de uma agenda de cooperação horizontal e, assim, contribuir para um mundo menos assimétrico.

### 3. Seção dos Resultados

A identificação de áreas nas quais o Sistema das Nações Unidas concentrará seus esforços foi feita por meio dos diagnósticos do CCA 2011, das prioridades nacionais e do valor agregado do Sistema para a promoção do desenvolvimento do Brasil. A partir desses elementos, foram definidas quatro prioridades para o próximo ciclo de programação (2012-2015), que se expressam por meio de resultados-fim.

Foram levadas em conta nesse exercício, em especial, as conclusões do CCA 2011, que sublinha os avanços conquistados pelo país em termos do crescimento econômico, da geração de empregos formais, do aumento da renda, da redução da pobreza, da diminuição da desigualdade social e da insegurança alimentar grave ao longo dos últimos anos, mas constata que o crescimento econômico, por si só, não é

suficiente para a transformação dos cenários de vulnerabilidade social. Esse diagnóstico tem importantes implicações para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas nacionais e orientou a formulação da primeira das prioridades programáticas desse ciclo UNDAF (2012-2015). Está igualmente presente nas outras duas prioridades.

Por outro lado, os avanços já conquistados pelo país constituem uma base valiosa para a cooperação horizontal brasileira. No contexto em que o Brasil assume um papel de importância regional e global crescente, é estratégico pensar em como o Sistema das Nações Unidas pode ajudar o país a obter importantes ganhos de escala e de qualidade nas políticas públicas nacionais e na sua cooperação internacional.



Segundo o CCA, ademais, o desafio de levar as políticas públicas a todas as pessoas manifesta-se por meio de um conjunto de temáticas complexas, como o respeito aos direitos humanos, a defesa do meio-ambiente, o acesso universal aos serviços de saúde e a oportunidades de trabalho decente, o acesso à educação de qualidade para todos e a igualdade de gênero e raça, entre outras. Nesse contexto, o conhecimento e a capacidade técnica do Sistema das Nações Unidas são elementos importantes para contribuir e promover importantes ganhos de escala, assegurando o acesso universal às políticas públicas com qualidade e equidade.

### **Resultado do UNDAF 1: ODMs (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) para Todos os Brasileiros e Brasileiras no contexto ampliado das Políticas Nacionais de Desenvolvimento**

Tendo em vista a meta dos ODMs para o ano 2015, o Sistema das Nações Unidas no Brasil estabeleceu que as suas ações devem focar-se no fortalecimento de um processo de desenvolvimento equitativo e inclusivo, especialmente para os grupos mais excluídos e vulneráveis, no marco dos ODMs. A população brasileira é muito heterogênea, o que se reflete no impacto das políticas públicas sobre a população. Assim, não se pode falar em resultados analisando só as médias estatísticas. É importante tratar de todas as formas de exclusão e de diminuição das desigualdades. Dentro do contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a proposta de levar essas realizações para todas as pessoas no país contempla questões de gênero, raça, idade, etnia e foco nas regiões Norte e Nordeste do país, especialmente no Semiárido e Amazônia, e nas áreas desfavorecidas dos grandes centros urbanos. Esse resultado do UNDAF está subdividido em três áreas que organizam as principais estratégias de atuação integrada.

A primeira área está focalizada na cooperação técnica para a elaboração de indicadores mais específicos, desagregados e sensíveis para medir e qualificar as desigualdades. Espera-se que o Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais possam contar com sistemas de informação nacionais e infranacionais aprimorados, contendo indicadores específicos desagregados geograficamente e sensíveis a gênero, raça, etnia, idade e outras condições pessoais (como deficiência, orientação sexual, AIDS, etc). A segunda área explora uma dimensão de gestão do conhecimento e capacitação mais focada nas políticas públicas. Com isso pretende-se que instituições governamentais, nacionais e subnacionais, bem como da sociedade civil, tenham capacidades aprimoradas para formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas setoriais e intersetoriais, e políticas focadas nas populações mais vulneráveis. Por fim, a terceira área visa ao aprimoramento de capacidades institucionais com vistas a responder os desafios apresentados para a gestão de programas específicos nas áreas vinculadas aos objetivos de desenvolvimento do milênio com especial ênfase em aquelas com menores taxas de desenvolvimento.

Essas áreas de resultados contemplam eixos transversais tais como a intersetorialidade, a definição dos grupos populacionais mais desfavorecidos, o monitoramento e a avaliação, a diminuição das desigualdades regionais e intra-regionais, em uma perspectiva de promoção de direitos. Cabe mencionar a importância dada a áreas com grandes privações em centros urbanos no país. O conjunto de modalidades de engajamento das Nações Unidas é construído dentro da nova perspectiva de cooperação referida anteriormente. Ela envolve modalidades como: gestão do conhecimento, *advocacy*, o fortalecimento das capacidades nacionais para o monitoramento e avaliação de políticas públicas e apoio ao fortalecimento de capacidades nas áreas mais vulneráveis em níveis infranacionais, entre

outras. É importante destacar que esse resultado está integralmente alinhado a meta do Governo Brasileiro de erradicação da pobreza extrema.

### **Resultado do UNDAF 2: Economia Verde e Trabalho Decente no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza**

Milhões de pessoas, especialmente as mais vulneráveis do mundo em desenvolvimento, encontram-se em estado de pobreza. A recente crise financeira e econômica mundial, aliada a crises de caráter mais estrutural relacionadas com a segurança alimentar, as mudanças climáticas e as fontes de energia, estão dificultando o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.

A erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável não dependem exclusivamente do crescimento econômico, mas também das condições de bem estar humano, da equidade social, da valoração dos bens e serviços ambientais e culturais e do desenvolvimento produtivo ambientalmente sustentável e gerador de emprego decente e renda. A incorporação do paradigma do trabalho decente e da economia verde na estratégia de desenvolvimento do país propõe o resgate e valorização do aumento de renda e a criação de oportunidades de trabalho decente, derivados de investimentos públicos e privados destinados a reduzir as emissões de carbono e de contaminação ambiental, a promover a eficiência energética, e, ainda, a reduzir a perda de biodiversidade biológica e dos serviços ecossistêmicos<sup>2</sup>.

---

2. Serviços ecossistêmicos são aqueles prestados pelas florestas na absorção do CO<sub>2</sub>, na proteção às nascentes e cursos de água, na regulação do clima, na fertilização dos solos, na proteção contra o avanço do mar e das enchentes, entre outros. Portanto, a diminuição de área florestal leva a uma redução na intensidade e variedade dos serviços ecossistêmicos.

A trilha do desenvolvimento sustentável deve, portanto, manter, melhorar e, onde necessário, reconstruir, o capital natural e o patrimônio cultural brasileiros como ativo econômico fundamental, base do sistema produtivo e fonte de benefícios públicos, especialmente para segmentos desfavorecidos da população, cuja saúde, segurança alimentar, trabalho e renda serão cada vez mais dependentes de novas oportunidades de negócios, tecnologias verdes e capacidades orientadas à inclusão social e produtiva. O foco do UNDAF neste tema busca contribuir para a integração e a sinergia entre os componentes econômico, social e ambiental do desenvolvimento, por meio da incorporação deste novo paradigma no sistema de políticas públicas e nas estratégias de desenvolvimento do país.

A identificação de oportunidades, riscos e restrições, a formulação de recomendações e de medidas catalisadoras e de transição para uma economia verde e para a geração de trabalho decente em setores indicados nos planos e políticas nacionais como estratégicos para o desenvolvimento constituem o primeiro conjunto de resultados.

O segundo refere-se à gestão do conhecimento, à capacitação, à disseminação de conceitos e à promoção do engajamento dos vários segmentos públicos e privados com vistas a subsidiar processos de formulação de políticas e iniciativas de transição para uma economia verde com a geração de trabalho decente e renda.

A terceira área de resultados tem como objetivo contribuir à ampliação e ao fortalecimento das políticas nacionais de promoção do trabalho decente que contenham um componente de expansão de empregos verdes e, ao mesmo tempo, contribuam para a diminuição das desigualdades sociais.

O escopo de atuação do Sistema das Nações Unidas no âmbito do UNDAF toma como linha de base os planos nacionais, nos níveis federal, estadual e municipal, e as políticas ambientais e de inclusão social, emprego e renda, bem como as estratégias de desenvolvimento produtivo e de competitividade para o levantamento de demandas, a identificação de cadeias produtivas, a análise de modelos e a realização de estimativas de custo/benefício e de opções tecnológicas, dentre outros elementos necessários para o fortalecimento de espaços para a pactuação, a sensibilização e a *advocacy*, inclusive para fins de identificação de áreas para cooperação horizontal na modalidade triangular.

### **Resultado do UNDAF 3: Segurança e Cidadania no contexto ampliado das Políticas Nacionais de Desenvolvimento**

O tema da segurança e cidadania, assim como os demais temas desse UNDAF, toca diretamente na questão dos direitos humanos. Entende-se que a proteção a esses direitos é condição fundamental para a promoção da cidadania. O tema da Segurança e Cidadania contempla três áreas de resultado e visa enfrentar todas as formas de violência e exclusão que comprometem o pleno exercício da cidadania. Esse resultado do UNDAF. Uma primeira área de resultado busca fortalecer a gestão do conhecimento, promover ações de *advocacy* e fomentar a articulação entre diferentes atores nacionais no campo das políticas públicas relacionadas ao tema de Segurança e Cidadania. O segundo resultado igualmente tem por objetivo apoiar o governo na construção de indicadores que possam mapear as situações e caracterizar os contextos de maior vulnerabilidade, a partir da participação da sociedade civil no monitoramento dos sistemas de Justiça e Segurança Pública assim como das ações governamentais de formulação e implementação de políticas públicas. Uma terceira área de resultado trata da promoção de instrumentos e mecanismos para

a proteção e preparo de emergências em geral, para além dos desastres naturais. A criação de um Plano Nacional de Prevenção e Alerta é parte dos resultados considerados importantes nessa área.

As modalidades de engajamento necessárias para a promoção desses resultados contemplam o apoio do Sistema das Nações Unidas na consolidação de capacidades locais para o acompanhamento e avaliação de políticas públicas de segurança, e para a elaboração de diagnósticos de situação e de boas práticas, o fortalecimento de processos participativos, de controle social e de diálogo com a sociedade civil, o apoio na agenda de políticas de segurança, o apoio ao trabalho intersectorial para a garantia de direitos humanos, *advocacy* e o apoio ao desenvolvimento de políticas públicas para a prevenção a desastres naturais.

### **Resultado do UNDAF 4: Cooperação Sul-Sul no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza**

A cooperação Sul-Sul promovida pelo Brasil tem se transformado nesses últimos anos em um grande vetor das relações internacionais promovida pelo país. A cooperação técnica sul-sul brasileira fundamenta-se em iniciativas que focalizam o aprimoramento de capacidades nos países parceiros do Brasil, sempre respeitando os interesses nacionais dessas nações e a apropriação dos mesmos no que diz respeito ao processo de internalização dos resultados da cooperação. Com a idéia de parceria, a cooperação sul-sul no Brasil abre espaços para o incremento das ações conjuntas com as Nações Unidas, como por exemplo, com os acordos trilaterais, que tem aumentado consideravelmente como opção para cooperação com terceiros países em desenvolvimento.

O Sistema das Nações Unidas tem vantagens comparativas e está bem posicionado para auxiliar, no marco dos compromissos internacionalmente

assumidos, o compartilhamento de boas práticas entre países por meio do aperfeiçoamento de capacidades, do intercâmbio, da facilitação do envolvimento da sociedade civil com processos de cooperação Sul-Sul e de parcerias de cooperação triangular que poderiam potencializar recursos com uma abordagem focada na equidade. Para tal é preciso que se faça um mapeamento adequado das experiências brasileiras a partir de sua avaliação sistemática quanto ao seu potencial de disseminação e compartilhamento, junto com análises que gerem novos conhecimentos sobre as realidades dos países beneficiários<sup>3</sup>.

Portanto, o Sistema das Nações Unidas se coloca como parceiro na obtenção de resultados que podem ser subdivididos em três áreas principais:

A primeira área de resultados tem por objetivo o fortalecimento de uma cultura de cooperação intersetorial entre instituições brasileiras. Com isso, procura-se fortalecer novos mecanismos que promovam a geração de iniciativas de cooperação triangular, alinhadas à política brasileira de cooperação técnica na modalidade horizontal e que possam contribuir para agendas multilaterais, visando à participação de um número crescente de instituições públicas dos três níveis federativos, assim como de novos parceiros da sociedade civil, do setor privado, entre outros, sempre sob coordenação do Governo brasileiro.

A segunda área de resultados visa à uma ampliação dos mecanismos de gestão do conhecimento sistematizado, promovendo a construção conjunta de novas capacidades com parceiros de outros países a partir da experiência brasileira. Para

isso, é preciso que experiências brasileiras sejam identificadas, consolidadas, avaliadas, sistematizadas e, em alguns casos, organizadas metodologicamente de forma a facilitar sua transferência e a promover um intercâmbio de experiências entre países com base no fortalecimento de capacidades. É necessário também mobilizar a sociedade civil, a academia, e os centros de excelência, de maneira que essas instituições participem da construção de possíveis novas modalidades de cooperação, sob coordenação do Governo brasileiro.

A terceira e última área de resultados tem por objetivo a estruturação das parcerias trilaterais de cooperação técnica entre o Brasil, o Sistema das Nações Unidas e os países em desenvolvimento, com base em programas mutuamente acordados. A configuração das parcerias trilaterais em programas oferece um espaço de planejamento conjunto que permite convergir as vantagens comparativas da cooperação Sul-Sul com pautas de interesse coletivo definidas em âmbito multilateral. A partir da complementaridade oferecida pela modalidade triangular de cooperação, o enfrentamento de problemas comuns a diferentes regiões do mundo ou dos desafios assumidos no âmbito de pactos internacionais, ganha uma alternativa adicional de ação.

A cooperação triangular brasileira com organizações internacionais possibilita a elaboração de ações conjuntas e não é baseada em doações financeiras. Essa prática do Governo brasileiro amplia as possibilidades de complementaridade com a agenda de cooperação técnica bilateral Sul-Sul, além de promover a divulgação das boas práticas brasileiras para os outros países em desenvolvimento, na busca de ações mais efetivas, de longo prazo e sustentáveis. A troca de experiências e de conhecimento entre organismos internacionais e o Governo brasileiro representa oportunidade para ampliar, de um lado, o escopo da cooperação Sul-Sul bilateral do Brasil e, por

---

3. Não se trata aqui nem de transferência nem de adaptação de experiências, mas de geração e desenvolvimento de conhecimento de outras realidades para que os instrumentos definidos dentro da realidade brasileira possam ser pertinentes e relevantes a essas novas realidades.

outro lado, desenvolver e disseminar no âmbito das Nações Unidas os princípios e práticas da cooperação horizontal. Nesse sentido, as Nações Unidas e o Governo brasileiro poderão discutir a identificação de possíveis áreas temáticas para fins de cooperação triangular.

As modalidades de engajamento previstas para o Sistema das Nações Unidas no Brasil focam-se no nível político, na negociação de pautas e iniciativas de interesse coletivo e técnico, que contemplem um forte conteúdo de gestão do conhecimento; na articulação e na mobilização de atores locais; na gestão compartilhada de projetos; na realização de atividades e no levantamento de recursos a partir da interação entre escritórios e representações locais, sob coordenação do Governo brasileiro. Cabe enfatizar que a inclusão desse eixo estratégico, definido como uma das prioridades nacionais pelas autoridades brasileiras, é inovadora para um país dentro do UNDAF, devendo contribuir para a definição do papel das Nações Unidas em países como o Brasil.

Para concluir, é interessante observar que esse conjunto de novas prioridades estratégicas para

o UNDAF (2012-2015) surge de modo coerente com o ciclo anterior do UNDAF, assim como com a sua revisão de meio-termo. Por exemplo, os resultados obtidos no UNDAF (2007-2011), em parceria com organizações da sociedade civil em 2009, no lançamento do Portal ODM, são agora uma ferramenta chave para a análise dos ODMs para todos os brasileiros e brasileiros com foco na redução das inequidades. A cooperação triangular horizontal surgiu como um novo tema já na revisão de meio-termo do UNDAF passado. A promoção da economia verde com trabalho decente expande uma área antes explorada pela prioridade 5 do UNDAF (2007-2011). Essa visão de longo-prazo, adaptada à evolução dos debates e às prioridades nacionais materializa-se na caracterização do novo ciclo UNDAF em função do valor agregado e vantagens comparativas, consolidadas intertemporalmente, do Sistema das Nações Unidas no país. As modalidades de engajamento a serem empregadas sinalizam um comprometimento com um novo modo de atuação da cooperação multilateral no país menos operacional e mais intensivo em conhecimento, *advocacy* e valor agregado técnico.

## 4. Seção sobre Estimativa dos Recursos Necessários

Estima-se que os recursos totais a serem mobilizados em apoio às estratégias do UNDAF durante o período de 2012-2015 situam-se em US\$ 229.350.972. Eles complementam os recursos já disponíveis de US\$ 661.943.256.

Os recursos financeiros estimados requeridos pelo Sistema das Nações Unidas para sua contribuição à realização de cada resultado esperado do UNDAF são apresentados na Matriz de Resultados no anexo. Estas contribuições incluem (i) alocações financeiras para cada

organização das Nações Unidas provenientes de seus recursos orçamentários e (ii) recursos que as organizações devem mobilizar durante o ciclo do UNDAF além de seus recursos diretos, incluindo fundos de ‘cost-sharing’.

Todos os números devem ser considerados como aproximações. Deve-se notar que os compromettimentos não são realizados através do UNDAF, mas por intermédio de documentos de projeto ou de programa finalizados subsequentemente.

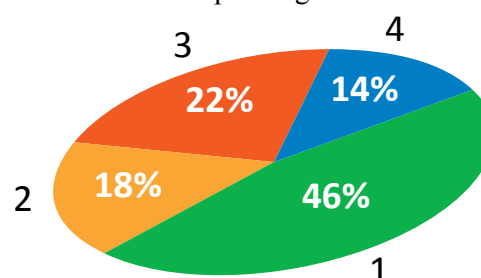
### Execução Financeira (em US\$)

Agências	Disponíveis (em US\$)	A Mobilizar (em US\$)
OIT	1.960.000	5.750.000
ONU MULHERES	1.670.000	15.300.000
PNUD†	544.000.000	-
UNAIDS	-	920.000
UNESCO*	106.013.256	124.080.972
UNFPA	3.300.000	8.600.000
UNICEF	3.000.000	72.000.000
UNHABITAT	2.000.000	2.700.000
<b>TOTAIS</b>	<b>661.943.256</b>	<b>229.350.972</b>

Valor informado não diferenciou entre disponível e a mobilizar

\* Valores informados em reais, convertidos pela taxa de câmbio de US\$ 1.6.

Em relação à distribuição dos recursos do UNDAF por eixo de atuação é possível visualizar a seguinte configuração com base nas tabelas e valores declarados pelas agências.



## 5. Seção sobre Implementação

No novo marco de implementação da cooperação internacional proposto por este UNDAF dá-se ênfase em um conjunto de modalidades de engajamento do Sistema das Nações Unidas no país que centram suas principais ações na *advocacy*, na gestão do conhecimento, e no fortalecimento de capacidades individuais e locais com ênfase em grupos mais vulneráveis. Como tal, é um conjunto de modalidades cuja implementação é menos operacional (no sentido de execução de gastos) e mais substantiva (do ponto de vista dos conteúdos) e estratégica (no que se refere ao impacto). Os esforços para a harmonização de procedimentos operacionais deverão ser aprofundados, buscando modalidades de trabalho mais articuladas e eficientes entre as diferentes agências do Sistema das Nações Unidas.

A atuação integrada do Sistema das Nações Unidas no Brasil conta com os escritórios compartilhados da Bahia e do Rio de Janeiro como ferramenta importante para a promoção dos objetivos do UNDAF. Os escritórios (a) ajudam a reduzir os custos operacionais, com economias que poderão ser aplicados em atividades programáticas;

(b) tornam mais eficientes a implementação de *common non-project activities*; (c) promovem o diálogo interagencial com parceiros comuns; (d) incentivam a concepção de iniciativas conjuntas; e (e) contribuem para uma imagem coerente e unificada das Nações Unidas no país.

O voluntariado também poderá servir como mecanismo transversal para o alcance dos resultados definidos neste UNDAF. O programa de Voluntários das Nações Unidas (VNU), por meio da promoção, integração e mobilização de voluntários e do fortalecimento de capacidades dos parceiros nacionais, contribui juntamente com as Agências do Sistema das Nações Unidas para o desenvolvimento do país. Neste contexto, o voluntariado é uma ferramenta valiosa, pois cria oportunidades apropriadas para que os cidadãos participem nos processos de desenvolvimento e transforma as comunidades em motor de mudança e em ferramenta de sustentabilidade.

Ao implementar o UNDAF, o UNCT deve concentrar-se nos resultados onde o Sistema das Nações Unidas agrega mais valor de acordo

com as prioridades nacionais do Brasil, em consulta e com a participação de um amplo grupo de parceiros, de modo a ser um instrumento estratégico de orientação das atividades do Sistema

no país. O programa VNU, por meio de voluntários altamente qualificados, oferece um valor agregado para apoiar a transferência de conhecimento no contexto da cooperação sul-sul.

## 6. Seção sobre Monitoramento e Avaliação

O UNDAF é um documento estratégico, dinâmico, e deve ser revisado periodicamente. Construído a partir de um conjunto de prioridades nacionais, que podem ser desenvolvidas em várias direções, é um instrumento que precisa ser avaliado e monitorado. Por essa razão, o UNDAF deve ser adaptável e responder a mudanças nos contextos econômicos, político e social.

Esse ciclo do UNDAF está sendo planejado em antecipação ao ciclo de planejamento do Governo Federal. Apesar do novo Plano Plurianual-PPA brasileiro ainda estar em processo de construção, as diretrizes do UNDAF são alinhadas com as prioridades apresentadas pelo Governo Brasileiro e que estarão contempladas no PPA. No entanto, é importante ficar atento ao formato final do próximo PPA e, nesse sentido, definir com o Governo brasileiro, eventuais ajustes no UNDAF para assegurar um melhor alinhamento quando e se necessário.

As atividades de monitoramento e avaliação das ações de cooperação técnica, concebidas a partir do UNDAF devem ser conduzidas anualmente para que se possa avaliar o progresso em relação aos resultados esperados. Para isso,

conta-se com a seleção de um conjunto de indicadores-chave, apresentados na Matriz de Resultados, conjuntamente com suas linhas de base e metas desejadas. Esses indicadores foram identificados para cada sub-área de Resultado. As revisões devem incluir parceiros nacionais estratégicos, como o Governo Federal, e outros parceiros que trabalham pelo desenvolvimento do país.

Dentro das programações das agências serão usados instrumentos periódicos para monitoramento e avaliação de modo a acompanhar o gerenciamento e a eficiência da colaboração do sistema das Nações Unidas com relação às atividades definidas e implementadas a partir de demandas do Governo brasileiro. Sempre que possível, os mecanismos de monitoramento e avaliação do UNDAF serão alinhados ao processo de monitoramento nacional e ao PPA. O Sistema das Nações Unidas continuará fortalecendo capacidades na coleta de dados, análise, criação de indicadores e medição de progresso. Em particular, o UNDAF deverá explorar as sinergias entre as políticas públicas brasileiras e os princípios programáticos das Nações Unidas, dentre os quais a abordagem de direitos humanos, sustentabilidade, justiça e paz.

## 7. Matriz de Resultados

### Eixo 1 - ODMs para Todos os Brasileiros e Brasileiras no contexto ampliado das Políticas Nacionais de Desenvolvimento

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
O Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais poderão contar com Sistemas de informação nacionais e subnacionais aprimorados, com indicadores específicos e sensíveis a sexo, raça, etnia, idade, níveis geográficos subnacionais e outras formas de exclusão.		USD 400.000	Proporção dos 13 sistemas de informação e pesquisas prioritizados <sup>4</sup> que incluem informações desagregadas por sexo, raça, etnia e idade nos níveis geográficos nacional e subnacional, divulgados e acessíveis.	46% 6 das 13 sistemas de informação e pesquisas (2009).	100% 13 sistemas de informação e pesquisas até o final de 2015.	Página web.	A incorporação de indicadores específicos e sensíveis a gênero, raça, etnia, idade, níveis geográficos subnacionais e outras formas de exclusão, nos principais sistemas de informação e pesquisa do governo federal funciona como um indicador <i>proxy</i> que representa o aprimoramento dos demais sistemas de informação e pesquisa nacionais e subnacionais.	Nem sempre os avanços obtidos pelos principais sistemas de informação e pesquisa na produção de indicadores específicos e sensíveis a gênero, raça, etnia, idade, níveis geográficos subnacionais e outras formas de exclusão corresponde à realidade observada em sistemas subnacionais, ou demais sistemas nacionais.  Na maioria das vezes, embora constem nos sistemas de informação nacionais variável de raça/cor, e as análises feitas para o país tragam dados desagregados, nos estados e municípios não ocorre o mesmo.  Apresentar os dados desagregados por sexo é diferente de fazer uma análise desde a perspectiva de gênero, lembrando que outras formas de exclusão social podem ser derivadas das identidades de gênero, as quais são culturalmente construídas.	OIT

4. “Sistemas de informação e pesquisas prioritizados” referem-se aos principais sistemas de informação domiciliares ou administrativos utilizados pelo governo, em 2009, na formulação de planos e indicadores e para o monitoramento social: IBGE/PNAD; IBGE/Registro Civil; IBGE/Munic; IBGE/POF; MS/SINASC; MS/SIM; MS/SIAB; MS/PNI; MS/SISVAN; MEC/Censo Escolar; MDS/CadUnico; MJ/SIPIA; MJ/Disque Denúncia (N=13).



**Eixo 1 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
O Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais poderão contar com Sistemas de informação nacionais e subnacionais aprimorados, com indicadores específicos e sensíveis a sexo, raça, etnia, idade, níveis geográficos subnacionais e outras formas de exclusão.		USD 400.000	Percentual de relatórios nacionais dos ODMs que contém análises sistematicamente desagregadas por raça, sexo, etnia e idade, nos níveis geográficos nacional e subnacional durante todo o ciclo UNDAF.	Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODMs de 2010.	Todos os relatórios nacionais dos ODMs (100%) com análises desagregadas por sexo, raça, etnia e idade, nos níveis geográficos nacional e subnacional de 2011 a 2015.	Relatórios anuais dos ODMs.	Os relatórios dos ODMs são produzidos com base em dados disponibilizados por instituições nacionais e subnacionais. A existência de dados desagregados para todos os ODMs sugere, portanto, que existem dados em instituições nacionais e subnacionais desagregados por sexo, raça e etnia.	O compromisso da ONU de utilização de análises e dados cruzados por sexo, idade, raça e etnia, pode não ser refletido em organizações de governo e da sociedade civil.  Pode-se esperar aqui que alguns relatórios façam uma desagregação de alguns componentes e não de outros. Nesse caso seria aconselhável fazer uma avaliação qualificada do percentual de análises desagregadas.	

**Eixo 1 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
O Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais poderão contar com Sistemas de informação nacionais e subnacionais aprimorados, com indicadores específicos e sensíveis a sexo, raça, etnia, idade, níveis geográficos subnacionais e outras formas de exclusão.		USD 400.000	Percentual de estados e municípios que produzem e divulgam suas estatísticas oficiais a partir de dados desagregados por sexo, raça, etnia e idade.	% dos estados e dos municípios com mais de um milhão de habitantes que produzem e divulgam suas estatísticas oficiais a partir de dados desagregados por sexo, raça, etnia e idade nas áreas de saúde, educação e trabalho em 2011.	No mínimo 50% dos estados e dos municípios com mais de um milhão de habitantes que produzem e divulgam suas estatísticas oficiais a partir de dados desagregados por sexo, raça, etnia e idade nas áreas de saúde, educação e trabalho.	Estatísticas oficiais de estados e municípios publicados em meio eletrônico.	A existência de sistemas de informação próprios de estados e municípios com dados desagregados por sexo, raça e etnia é um indicador direto do aprimoramento de sistemas de informação subnacionais e da produção de indicadores sensíveis à raça, idade, etnia e gênero.	Estas informações podem não estar disponíveis em sítios web, o que faz com que sua compilação seja muito difícil.  Seria necessário desenvolver uma taxonomia que permitisse a análise dos diversos graus de produção de dados desagregados por sexo, idade, raça e etnia.	

**Eixo 1 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
O Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais poderão contar com Sistemas de informação nacionais e subnacionais aprimorados, com indicadores específicos e sensíveis a sexo, raça, etnia, idade, níveis geográficos subnacionais e outras formas de exclusão.		USD 400.000	Proporção de programas finalísticos no PPA com indicadores sensíveis a gênero, raça, etnia, idade, níveis geográficos subnacionais e outras formas de exclusão.	PPA 2008 – 2011.	80% dos programas finalísticos do PPA 2012 – 2015 irão conter resultados e análises de dados desagregadas por sexo, raça, etnia, idade, níveis geográficos subnacionais e outras formas de exclusão no Relatório de avaliação do PPA de 2015 <sup>5</sup> .	Relatórios PPA.	O aumento da proporção de programas finalísticos do PPA com indicadores sensíveis a gênero, raça, etnia, idade, níveis geográficos subnacionais e outras formas de exclusão pode funcionar como um indicador <i>proxy</i> que representa o aprimoramento dos sistemas de informação e pesquisa nacionais e subnacionais.	Avanços obtidos em relação ao PPA podem ser específicos deste instrumento de planejamento e não serem necessariamente refletidos nos sistemas de informação e pesquisa.	

5. A CMA é a Comissão de Monitoramento e Avaliação do PPA, instância com representatividade do Poder Executivo Federal para a orientação das atividades de monitoramento e avaliação dos programas e o desenvolvimento dos objetivos de governo. Mais em: <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=155&sub=164&sec=10>  
Relatórios anuais disponíveis em: [http://www.planejamento.gov.br/link\\_secretaria.asp?cod=7041&cat=155&sec=10&sub=163](http://www.planejamento.gov.br/link_secretaria.asp?cod=7041&cat=155&sec=10&sub=163)

**Eixo 1 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Instituições governamentais, nacionais e subnacionais, e da sociedade civil terão capacidades aprimoradas para formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas setoriais e intersetoriais universais, e políticas focadas nas populações mais vulneráveis.	USD 264.520.919	USD 105.808.892	Proporção de escolas de administração pública oferecendo em seus currículos disciplinas específicas sobre desigualdades de gênero, raça, etnia, prevenção do HIV, homofobia, níveis geográficos subnacionais, e outras formas de exclusão na perspectiva dos Direitos Humanos.	A definir.	60% dos currículos das escolas de administração incorporarão disciplinas específicas sobre desigualdades de gênero, raça, etnia, idade, níveis geográficos subnacionais e outras formas de exclusão.	Levantamento em páginas web de cursos de administração pública.	A incorporação de questões de gênero, raça e etnia em cursos de formação de administradores e administradoras, ou gestores e gestoras, da área pública favorece a incorporação destas questões na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas.	O acesso em sala de aula, ou por meio de EAD, à questões que tratem da incorporação de questões de gênero, raça e etnia, não garante a aplicação deste conhecimento ao longo da carreira profissional dos gestores formados.	OIT
			Número de estados e municípios engajados no Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social.	Estados e municípios participantes do Bolsa Família e do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social.	80% dos municípios com cadastro único aprimorado e engajados no Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social.	Estatísticas oficiais do Estados e Municípios; relatórios do Ministério do Desenvolvimento Social.	Forte engajamento dos estados e municípios no Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social podem representar as condições para redução da desigualdade social e o enfrentamento da miséria.	Processo de eleição municipal pode representar um risco no engajamento dos municípios nos compromissos.  Não institucionalização da participação dos municípios nos compromissos.	Ministério do Desenvolvimento Social.

**Eixo 1 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Instituições governamentais, nacionais e subnacionais, e da sociedade civil terão capacidades aprimoradas para formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas setoriais e intersetoriais universais, e políticas focadas nas populações mais vulneráveis.	USD 264.520.919	USD 105.808.892	Proporção de escolas com materiais pedagógicos disponíveis para trabalhar com a educação das relações étnico-raciais.	10% das escolas em 2010	50% das escolas públicas de educação básica.	Relatórios sobre acesso à web para download do material.  Relatório de números de exemplares impressos distribuídos às escolas.	A produção de materiais pedagógicos com qualidade para subsidiar a formação permanente e continuada de professores, contribuirá para o desenvolvimento de práticas pedagógicas pautadas no respeito e na valorização da diversidade étnico-racial.	O ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, apenas terá resultados eficazes se a formação docente for considerada e se uma prática pedagógica que contemple a diversidade étnico-racial for presente no cotidiano escolar.	MEC e Universidade Federal de São Carlos
			Número de técnicos e gestores dos sistemas educacionais por meio de curso em planejamento e gestão da educação.	100 pessoas capacitadas no Curso de Planejamento e Gestão Educativa 1ª e 2ª Edição para técnicos do Ministério da Educação 2009 e 2010.	Capacitação de pelo menos 500 pessoas até 2015. O objetivo é oferecer novas turmas para técnicos do Ministério da Educação e expandir o curso para técnicos de Secretarias estaduais e municipais de educação (100 pessoas formadas por ano).	Registros de participação e relatórios.	Aprimoramento das capacidades de planejamento e gestão da educação	Descontinuidade dos programas de formação devido a mudanças de políticas. A não aplicação dos conteúdos por parte dos participantes	Instituto Internacional de Planejamento da Educação (IIPE/Buenos Aires) MEC UNDIME CONSED Universidades.

**Eixo 1 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Instituições governamentais, nacionais e subnacionais, e da sociedade civil terão capacidades aprimoradas para formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas setoriais e intersetoriais universais, e políticas focadas nas populações mais vulneráveis.	USD 264.520.919	USD 105.808.892	Número de novas políticas públicas de acesso universal a informação e número de exemplos de mecanismos de disponibilização de informação pública adotados pelo Poder executivo Federal e por Estados e Municípios Brasileiros.	Projeto de lei para política pública do Poder Executivo Federal em vias de aprovação no Senado Federal.	Pelos menos 1 política pública do Governo Federal sobre acesso universal a informação e 3 exemplos de governos estaduais ou municipais.	Relatórios de progresso e avaliações Conduzidas no âmbito do Acordo de Cooperação CGU-UNESCO para implementação da política de acesso.	O governo necessita de grande investimento tecnológico para implantar sistemas de ouvidoria para atender a grande demanda da sociedade por informações públicas.	A lei não ser aprovada no Senado Federal.	CGU
			Percentual de respostas completas recebidas após requerimento (solicitação) por informação pelo cidadão produzidas por órgãos do governo federal.	Em 2008, 5.75% dos requerimentos foram atendidos completamente.	20% dos requerimentos serem atendidos completamente dentro de tempo razoável pelos órgãos do Governo Federal.	Pesquisa junto aos órgãos prestadores de informação e público demandante.	O Governo Federal necessita de grande esforço de capacitação/formação dos servidores públicos para melhor atender o cidadão que solicita informação.		CGU

**Eixo 1 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Instituições governamentais, nacionais e subnacionais, e da sociedade civil terão capacidades aprimoradas para formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas setoriais e intersetoriais universais, e políticas focadas nas populações mais vulneráveis.	USD 264.520.919	USD 105.808.892	Número de Estados e Municípios implantando políticas de acessos a informação	Nenhum Estado ou município tem política de acesso universal a informação	5 grandes entes federados com política pública de acesso universal a informação implantado	Relatórios de progresso dos projetos de Cooperação Técnica do Sistema ONU e sistema de monitoramento da UNESCO, bem como relatórios de supervisão de implementação da Lei de Acesso elaborados pela CGU.	Os governos estaduais e municipais não dispõem de recursos para implantar os sistemas para atendimento aos seus cidadãos		CGU DPDC Arquivo Nacional

**Eixo 1 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Instituições governamentais, nacionais e subnacionais, e da sociedade civil terão capacidades aprimoradas para formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas setoriais e intersetoriais universais, e políticas focadas nas populações mais vulneráveis.	USD 264.520.919	USD 105.808.892	Número de pessoas capacitadas por meio do curso de formação em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GER).	7.000 pessoas já capacitadas.	Capacitação de mais 20.000 pessoas até 2015.	Coordenação do curso de formação em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GER).	A procura por cursos com foco específico na gestão de políticas públicas de gênero e raça demonstra o interesse por estas questões e, potencialmente, um aumento no número de gestores e gestoras capacitado(a)s para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação deste tipo de iniciativa.	Apesar do interesse em questões de gênero, raça e etnia, e da formação específica para atuar nesta área, nada garante que estes gestores e gestoras vão ocupar posições de liderança onde suas capacidades e conhecimentos podem fazer a diferença em termos da incorporação de questões de gênero, raça, etnia, e de temas correlatos em relação à outras populações em situação de exclusão.	



**Eixo 1 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Instituições governamentais, nacionais e subnacionais, e da sociedade civil terão capacidades aprimoradas para formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas setoriais e intersetoriais universais, e políticas focadas nas populações mais vulneráveis.	USD 264.520.919	USD 105.808.892	Nível de paridade entre Servidores Públicos Federais Civis Ativos do Poder Executivo, por sexo e raça, segundo os órgãos da administração.	<p>282.316 Homens (54,7%)</p> <p>233.438 Mulheres (45,3%)</p> <p>Participação feminina em cargos comissionados</p> <p>DAS 1 45,4%</p> <p>DAS 2 45,7%</p> <p>DAS 3 45,4%</p> <p>DAS 4 38,1%</p> <p>DAS 5 25,6%</p> <p>DAS 6 23,0%</p> <p>Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)</p> <p>Obs: Não existem disponíveis no SIAPE, base do Boletim Estatístico de Pessoal, dados relativos à raça dos servidores.</p>	Attingir a paridade plena em todos os órgãos da administração pública federal até 2015 tanto para funcionários de carreira como também para DAS.	Boletim Estatístico de Pessoal Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).	A paridade no número de homens e mulheres e equidade racial trabalhando nos órgãos públicos, em especial em cargos comissionados de nível de gerência (DAS), sugerem a incorporação de questões de gênero e raça na formulação, implantação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.	O fato de ser mulher não significa automaticamente que gestoras ou funcionárias públicas possuam uma sensibilidade de gênero que seria aplicada nas políticas públicas.	

**Eixo 1 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Instituições governamentais, nacionais e subnacionais, e da sociedade civil terão capacidades aprimoradas para formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas setoriais e intersetoriais universais, e políticas focadas nas populações mais vulneráveis.	USD 264.520.919	USD 105.808.892	Percepção de gestores sobre a existência de instituições nacionais e subnacionais com capacidade institucional para cumprir suas obrigações de acesso aos serviços públicos sem discriminação.	Aspectos de vulnerabilidade, de gênero e etnia são raramente incorporados a política operacional das instituições e nos treinamentos dos gestores públicos.	Aspectos de vulnerabilidade, de gênero e etnia incorporados às políticas operacionais das instituições nacionais e sub-nacionais assim como aos treinamentos dos gestores públicos.	Entrevistas com especialistas da área de gestão pública.	A existência de instituições que incorporam aspectos da vulnerabilidade de raça, gênero e etnia em suas políticas operacionais e de treinamento indica uma melhor condição de entidades de governo para formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas setoriais e intersetoriais universais, e políticas focadas nas populações mais vulneráveis.	Este indicador é de difícil mensuração, seria necessário realizar estudos específicos para fazer este tipo de monitoramento.	UNODC

**Eixo 1 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Instituições governamentais, nacionais e subnacionais, e da sociedade civil terão capacidades aprimoradas para formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas setoriais e intersetoriais universais, e políticas focadas nas populações mais vulneráveis.	USD 264.520.919	USD 105.808.892	Número de estados que possuem política integral de acesso universal a intervenções eficazes e de qualidade para melhorar a saúde da mãe, do recém nascido e da criança.	Estados brasileiros priorizados (SP e BA).	Ampliação para pelo menos 4 estados brasileiros	Relatório de acompanhamento de ações de humanização da atenção ao parto e ao recém nascido, das ações em saúde infantil com foco em desenvolvimento infantil, de experiências entre estados para a redução da mortalidade materna e infantil em estados priorizados.	Políticas, programas e serviços trabalhando no marco do ciclo de vida para redução dos riscos e para geração de evidências de melhoria da saúde de mães e recém-nascidos e da criança	Mortalidade materna e mortalidade infantil não se reduzem devido à uma abordagem inadequada nos serviços, discriminação no acesso à atenção de qualidade.	Ministério da Saúde, secretarias estaduais e municipais de saúde, sociedade civil.
			Número de experiências do país publicadas que abordam os determinantes sociais da equidade em saúde.	Municípios priorizados (Olinda, Guarulhos).	Ampliação a outros 42 municípios brasileiros.	Relatório de implementação da Rede de Municípios saudáveis.	Municípios possuem políticas, programas e serviços no marco do ciclo de vida com ênfase nos determinantes sociais de saúde.	Falta de abordagens intersetoriais para os determinantes sociais de saúde.	Ministério da Saúde, secretarias estaduais e municipais de saúde, sociedade civil.

**Eixo 1 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Instituições governamentais, nacionais e subnacionais, e da sociedade civil terão capacidades aprimoradas para formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas setoriais e intersetoriais universais, e políticas focadas nas populações mais vulneráveis.	USD 264.520.919	USD 105.808.892	Número de experiências que evidenciem a aplicação de planos, políticas e programas para melhorar a saúde dos povos indígenas e outros grupos étnicos/raciais.	30% dos distritos indígenas (Secretaria Especial de Saúde indígena – SESA/MS)	50% dos distritos indígenas.	Relatórios de gestão nas rotinas dos serviços.	Saúde dos povos indígenas melhorada com base na redução de iniquidades em saúde, principalmente em populações mais vulneráveis	Recursos Humanos não sensibilizados e capacitados em saúde intercultural e aptos a contribuir para a redução de iniquidades de gênero, etnia e raça.	Ministério da Saúde, distritos indígenas, secretarias estaduais e municipais de saúde, sociedade civil.
Conselhos Nacionais poderão contar com mecanismos de governança democrática e controle social efetivos e orientados para garantir o desenvolvimento equitativo, inclusivo e sustentável.			Número e proporção de conselhos nacionais de políticas públicas monitorando o uso e aplicação dos recursos públicos com foco na redução das desigualdades de gênero, raça, etnia e outras formas de exclusão.	A definir.	Aumento de 20% no número de conselhos que incorporam mecanismos de controle social orientado para monitoramento da redução das desigualdades de gênero, raça, etnia e outras formas de exclusão.	Levantamento realizado junto aos conselhos em funcionamento.	O número de Conselhos Nacionais de Políticas Públicas monitorando o uso e aplicação dos recursos públicos com foco na redução das desigualdades de gênero, raça, etnia e outras formas de exclusão serve como um indicador <i>proxy</i> da efetividade de mecanismos de governança democrática.	<p>Não necessariamente os Conselhos Nacionais de Políticas Públicas que estabeleceram mecanismos efetivos de controle social tem como orientação a garantia do desenvolvimento equitativo, inclusivo e sustentável.</p> <p>Os Conselhos Nacionais de Políticas Públicas são, geralmente, órgãos consultivos (exceto Saúde e Assistência Social, que são deliberativos), não possuindo poder decisório para alterar diretamente as políticas públicas.</p>	

**Eixo 1 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Conselhos Nacionais poderão contar com Mecanismos de governança democrática e controle social efetivos e orientados para garantir o desenvolvimento equitativo, inclusivo e sustentável.			Nível de representação de populações específicas em relação ao total de participantes nas Conferências Nacionais de Mulheres, Afrodescendentes e Indígenas.	A definir com base em consulta com a SPM, SEPPIR e FUNAI.	Aumento em 30% na participação de mulheres, afrodescendentes e indígenas nas respectivas Conferências nacionais.	Levantamento realizado junto a SPM, a SEPPIR e a FUNAI.	A maior participação da sociedade civil organizada em espaços de governança democrática e controle social como as conferências nacionais estimula o desenvolvimento equitativo, inclusivo e sustentável.	O número bruto de participantes, ou sua proporção, não necessariamente significa a participação qualificada da sociedade civil em espaços de governança democrática e mais controle social.	

## Eixo 2 - Economia Verde e Trabalho Decente no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Paradigma do Desenvolvimento Sustentável, da Economia Verde e do Trabalho Decente incorporado de maneira integrada ao Sistema de Políticas Públicas	USD 123.250.000	USD 1.562.500	Quantidade de menções aos temas em questão nos discursos e mensagens de autoridades governamentais do federal (legislativo e executivo).	A definir com base em análise dos discursos recentes.	Aumento de 15% da quantidade de menções ao tema.	Discursos e Mensagens de autoridades governamentais.	A tendência mundial de incorporação de critérios sócio-ambientais nas estratégias de desenvolvimento nacionais se verificará também no país.	O ritmo de crescimento do país pode se desacelerar (em função de crises financeiras internacionais) fazendo com que o foco do Governo se volte para o crescimento econômico exclusivamente.	OIT, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente ICMBio, Organizações Estaduais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, setor privado, Sistema S, sociedade civil organizada.
			Quantidade de programas do Governo Federal que relacionam em seus objetivos uma articulação dos temas mencionados.	A definir com base em análise da atual situação dos programas.	Aumento de 5% da quantidade de programas.	PPA 2008-2011, PPA 2012-2015 e revisões.	A sensibilização para o tema já em curso entre gestores públicos e o compromisso do Governo Federal com o desenvolvimento sustentável serão mantidos.	Caso uma crise financeira internacional condicione uma resposta governamental focada na retomada do crescimento econômico, os programas que articulam os temas em questão poderão perder espaço para outros que privilegiem a recuperação da economia.	OIT, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente; ICMBio; Organizações Estaduais de Meio Ambiente, setor privado, Sistema S, sociedade civil organizada.

**Eixo 2 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Paradigma do Desenvolvimento Sustentável, da Economia Verde e do Trabalho Decente incorporado de maneira integrada ao Sistema de Políticas Públicas	USD 123.250.000	USD 1.562.500	Percentual de recursos alocados nos programas que articulam os temas mencionados face ao total de recursos alocados nos programas do Governo Federal.	A definir com base em análise da atual situação dos programas	Aumento de 5% do percentual de recursos	PPA 2008-2011, PPA 2012-2015 e revisões	O nível de arrecadação de recursos manterá seu ritmo de crescimento e não haverá contingenciamentos significativos nos programas da área.	Quedas no nível de arrecadação ou medidas para equilibrar as contas públicas podem determinar contingenciamento de recursos.	OIT, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente ICMBio, Organizações Estaduais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, setor privado, Sistema S, sociedade civil organizada.
			Quantidade e qualidade de Planos Setoriais Públicos <sup>6</sup> que articulem os temas mencionados em suas matrizes lógicas.	A definir com base em análise da atual situação dos Planos setoriais	Aumento de 20% da quantidade de Planos que articulam os temas em questão. Melhora na qualidade dos mesmos, segundo a opinião dos atores.	Relatórios Ministeriais.  Pesquisas de opinião com atores envolvidos.	Os atores governamentais e não governamentais responsáveis pela elaboração e implementação de Planos setoriais continuarão sensíveis ao tema.	Um contexto internacional desfavorável em termos de crescimento econômico pode condicionar a elaboração e implementação de Planos mais unidirecionais que não se articulem as vertentes social, ambiental e econômica do desenvolvimento.	OIT, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, ICMBio; Organizações Estaduais de Meio Ambiente, setor privado, Sistema S, sociedade civil organizada.

6. Como por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP), o Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC) e o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD).

**Eixo 2 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Paradigma do Desenvolvimento Sustentável, da Economia Verde e do Trabalho Decente incorporado de maneira integrada ao Sistema de Políticas Públicas	USD 123.250.000	USD 1.562.500	Número de projetos e planos desenvolvidos com as redes de ensino, dentro de um contexto de aperfeiçoamento do ensino de ciências no Brasil voltado ao desenvolvimento sustentável.	Iniciativas isoladas.	Um plano nacional de apoio à educação científica e 10 planos estaduais e municipais.	Relatório de monitoramento do programa.	Utilizar a educação científica como instrumento de melhoria da educação em geral e desenvolver habilidades para contribuir com a formação de um cidadão consciente e participativo.	Não priorização da educação científica em função de deficiências de infra-estrutura da rede de ensino.	Ministério da Educação – MEC, Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, secretarias, estaduais e municipais de educação.
			Percentual de implementação da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.	Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho lançada.	Programa Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho elaborado e implementado.	Relatórios Ministeriais (Trabalho e Emprego, Saúde e Previdência Social).	O compromisso do Governo Federal com a elaboração e implementação de um Programa coerente com a política lançada em 2010 será mantido.	A articulação de iniciativas que demandam uma abordagem multisetorial tem sido percebida como um desafio em todos os níveis da administração pública. Ainda que haja intenção de elaborar e implementar políticas intersetorialmente esse objetivo pode não ser atingido em função de dificuldades enfrentadas na gestão pública.	Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente; ICMBio Organizações Estaduais de Meio Ambiente, setor privado, Sistema S, sociedade civil organizada.



**Eixo 2 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Políticas nacionais de promoção da economia verde (com expansão e melhoria do emprego formal e de novos empreendimentos, desenvolvimento de novas tecnologias e qualificação de atores produtivos) ampliadas e fortalecidas.	USD 15.732.324	USD 2.187.500	Quantidade e qualidade de iniciativas do Governo Federal (políticas, programas, projetos e/ou planos) que promovam a economia verde e, ao mesmo tempo, o trabalho decente.	A definir com base em análise da atual situação das iniciativas vigentes.	Aumento de 20% na quantidade de iniciativas governamentais. Melhora na qualidade das iniciativas, de acordo com a opinião dos atores envolvidos	Relatórios Ministeriais e Pesquisas de Opinião	O compromisso do Governo Brasileiro com a promoção do desenvolvimento sustentável e do trabalho decente seguirão fornecendo um marco conceitual e institucional favorável à multiplicação dessas iniciativas.	A articulação de iniciativas que demandam uma abordagem multisetorial tem sido percebida como um desafio em todos os níveis da administração pública. Ainda que haja intenção de elaborar e implementar políticas intersetorialmente esse objetivo pode não ser atingido em função de dificuldades enfrentadas na gestão pública.	OIT, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente; ICMBio; Organizações Estaduais de Meio Ambiente; setor privado, Sistema S, sociedade civil organizada.
			Número de publicações científicas em periódicos indexados; Número de registros de patentes que contribuem para consolidar o novo modelo de desenvolvimento baseado em tecnologias verdes; Número de profissionais com conhecimentos técnicos e científicos necessários para suprir as necessidades de uma economia verde.	Política de C,T e I criada em 2002 e sendo monitorada e implantada com apoio de acordo de cooperação internacional, mas linhas de base para os indicadores ainda não foram estabelecidas.	A consolidação da política de Estado, em longo prazo, de C,T e I será o primeiro passo para o estabelecimento de metas específicas para os indicadores escolhidos.	Relatório de avaliação da gestão da política de C,T e I elaborados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.	O investimento em ciência e tecnologia é estruturante de uma nação, devendo ser instrumento de uma política de estado para o setor, com planejamento de longo prazo visando o desenvolvimento sustentável do país.	Variações constantes de prioridades para o setor em função de alterações de gestão.	Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, comunidade científica e instituições da sociedade civil ligadas a ciência, tecnologia e inovação; Congresso Nacional.

**Eixo 2 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Políticas nacionais de promoção da economia verde (com expansão e melhoria do emprego formal e de novos empreendimentos, desenvolvimento de novas tecnologias e qualificação de atores produtivos) ampliadas e fortalecidas.	USD 15.732.324	USD 2.187.500	Quantidade e qualidade de normas legais referentes ao tema da economia verde que incorporam elementos de trabalho decente.	A definir com base em análise das normas legais referentes à economia verde.	Aumento de 3% na quantidade de normas elaboradas e melhora na qualidade das mesmas segundo opinião dos atores.	Diário Oficial da União e Pesquisa de Opinião.	A incorporação de elementos de trabalho decente no marco legal relacionado com a economia verde constitui uma base fundamental para o fortalecimento de políticas nacionais.	Impasses entre os poderes legislativo e executivo podem paralisar o avanço das discussões no campo normativo.	OIT, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente; ICMBio; Organizações Estaduais de Meio Ambiente, setor privado, Sistema S, sociedade civil organizada.
			Percentual de recursos alocados nas iniciativas do Governo Federal que promovam a economia verde com foco no trabalho decente.	A definir com base em análise da atual situação das iniciativas.	Aumento de 5% no percentual de recursos alocados.	PPA 2008-2011, PPA 2012-2015 e revisões.	O nível de arrecadação de recursos manterá seu ritmo de crescimento e não haverá contingenciamentos significativos nos programas da área.	Quedas no nível de arrecadação ou medidas para equilibrar as contas públicas podem determinar contingenciamento de recursos.	OIT, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, ICMBio; Organizações Estaduais de Meio Ambiente, setor privado, Sistema S, sociedade civil organizada.
			Volume de investimentos do Setor Privado em setores verdes que incorporem elementos de trabalho decente.	A definir com base em análise do atual volume de investimentos.	Aumento de 30% no volume de investimentos.	IPEADData, Relatórios MMA	A mudança em direção a uma economia verde será cada vez mais sentida como uma necessidade entre os atores do setor privado.	A lógica do ganho em curto prazo, sem considerar a própria sustentabilidade dos negócios em curso, pode se impor e restringir o avanço dos investimentos verdes.	OIT, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, ICMBio; Organizações Estaduais de Meio Ambiente, setor privado, Sistema S, sociedade civil organizada.

**Eixo 2 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Políticas nacionais de promoção da economia verde (com expansão e melhoria do emprego formal e de novos empreendimentos, desenvolvimento de novas tecnologias e qualificação de atores produtivos) ampliadas e fortalecidas.	USD 15.732.324	USD 2.187.500	Quantidade e qualidade de iniciativas dos Parceiros Sociais (organizações de empregadores e de trabalhadores) e da Sociedade Civil Organizada que promovam a economia verde e, ao mesmo tempo, o trabalho decente.	A definir com base em análise da atual situação das iniciativas vigentes.	Aumento de 20% na quantidade de iniciativas dos Parceiros Sociais e das ONGs. Melhora na qualidade das mesmas segundo atores envolvidos.	Relatórios e Estudos produzidos por institutos de pesquisa (Observatório Social DIEESE, IEL, Núcleos de Universidades Federais, IPEA.) e organizações internacionais (OIT, PNUD, FAO, CEPAL, UNESCO)	O compromisso do Terceiro Setor com a promoção do desenvolvimento sustentável e do trabalho decente, seguirão fornecendo um marco conceitual e institucional favorável à multiplicação dessas iniciativas.	Os desafios enfrentados pelo terceiro setor em termos de recursos, legitimidade par atuação e outros podem diminuir as possibilidades de atuação em geral e, conseqüentemente, n campo da economia verde.	OIT, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, ICMBio; Organizações Estaduais de Meio Ambiente, setor privado, Sistema S, sociedade civil organizada.
Políticas nacionais de promoção do trabalho decente (com expansão de empregos verdes) que contribuam para a diminuição das desigualdades sociais, ampliadas e fortalecidas.			Quantidade e qualidade de iniciativas do Governo Federal (políticas, programas, projetos e/ou planos) que promovam o trabalho decente e ao mesmo tempo a expansão dos empregos verdes e a diminuição das desigualdades sociais.	A definir com base em análise da atual situação das iniciativas vigentes	Aumento de 20% na quantidade de iniciativas governamentais e melhora de sua qualidade segundo opinião de atores envolvidos.	Relatórios Ministeriais, MTE, MMA, MDIC, MDS, Pesquisa de Opinião	A adoção pelo Governo Brasileiro do Plano Nacional de Trabalho Decente bem como seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável seguirão fornecendo um marco conceitual e institucional favorável à multiplicação dessas iniciativas.	A articulação de iniciativas que demandam uma abordagem multisetorial tem sido percebida como um desafio em todos os níveis da administração pública. Ainda que haja intenção de elaborar e implementar políticas intersetorialmente esse objetivo pode não ser atingido em função de dificuldades enfrentadas na gestão pública.	OIT, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, ICMBio; Organizações Estaduais de Meio Ambiente, setor privado, Sistema S, sociedade civil organizada.

**Eixo 2 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Políticas nacionais de promoção do trabalho decente (com expansão de empregos verdes) que contribuam para a diminuição das desigualdades sociais, ampliadas e fortalecidas.			Quantidade e qualidade de normas legais referente ao mundo do trabalho que incorporam elementos de empregos verdes.	A definir com base em análise às normas legais referentes ao mundo do trabalho.	Aumento de 1% na quantidade de normas publicadas e melhora em sua qualidade segundo atores envolvidos.	Diário oficial da União e Pesquisa de Opinião.	A incorporação de elementos de empregos verdes no marco legal relacionado com o mundo do trabalho constitui uma base fundamental para o fortalecimento das políticas nacionais.	Impasses entre os poderes legislativo e executivo podem paralisar o avanço das discussões no campo normativo.	OIT, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, ICMBio; Organizações Estaduais de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, setor privado, Sistema S, sociedade civil organizada.
			Percentual de recursos alocados nas iniciativas do Governo Federal que promovam o trabalho decente com foco nos empregos verdes.	A definir com base em análise da atual situação das iniciativas.	Aumento de 5% do percentual de recursos alocados.	PPA 2008-2011, PPA 2012-2015 e revisões.	O nível de arrecadação de recursos manterá seu ritmo de crescimento e não haverá contingenciamentos significativos nos programas da área.	Quedas no nível de arrecadação ou medidas para equilibrar as contas públicas podem determinar contingenciamento de recursos.	OIT, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, ICMBio; Organizações Estaduais de Meio Ambiente, setor privado, Sistema S, sociedade civil organizada.

**Eixo 2 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Políticas nacionais de promoção do trabalho decente (com expansão de empregos verdes) que contribuam para a diminuição das desigualdades sociais, ampliadas e fortalecidas.			Quantidade e qualidade de iniciativas dos Parceiros Sociais (organizações de empregadores e de trabalhadores) e da Sociedade Civil Organizada que promovam o Trabalho Decente e, ao mesmo tempo, contribuam para a expansão de empregos verdes.	A definir com base em análise da atual situação das iniciativas vigentes.	Aumento de 20% da quantidade de iniciativas do Terceiro Setor e melhoria de sua qualidade.	Relatórios e Estudos produzidos por institutos de pesquisa (Observatório Social DIEESE, IEL, Núcleos de Universidades Federais, IPEA.) e organizações internacionais (OIT, PNUD, FAO, CEPAL, UNESCO).	O compromisso do Terceiro Setor com a promoção do desenvolvimento sustentável e do trabalho decente seguirão fornecendo um marco conceitual e institucional favorável à multiplicação dessas iniciativas.	Os desafios enfrentados pelo terceiro setor em termos de recursos, legitimidade par atuação entre outros podem diminuir as possibilidades de atuação em geral e, conseqüentemente, no campo da promoção do trabalho decente.	OIT, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, Organizações Estaduais de Meio Ambiente, setor privado, Sistema S, sociedade civil organizada.
Número de novas pesquisas e metodologias de apropriação do impacto da cultura na economia criativa, abordando modos de vida, hábitos de consumo, conhecimentos tradicionais ligados à natureza, assim como a relação entre criatividade e inovação, todos necessários ao desenvolvimento de uma economia verde.		USD 6.250.000	Quantidade de pesquisas e metodologias disponíveis.	A definir	Aumento da quantidade de pesquisas e metodologias.	Artigos publicados.	Modos de vida e hábitos de consumo são impactantes sobre o uso racional dos recursos naturais. Conhecimentos tradicionais são potencialmente fonte de técnicas mais adequadas ao manejo dos recursos naturais. A criatividade é componente vital dos processos de inovação.	A abordagem da conservação dos recursos naturais apenas pela via da infraestrutura e da promoção de processos produtivos menos danosos ao ambiente é insuficiente. O aumento da renda e do consumo verificados como tendência recente no país apresenta impactos ambientais de proporções até então não experimentadas.	OIT, IPHAN, EMBRAPA, MCT e sistema nacional de C&T, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas, Organizações Estaduais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, setor privado, sociedade civil organizada.

### Eixo 3 - Segurança e Cidadania no contexto ampliado das Políticas Nacionais de Desenvolvimento

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Sistemas de Justiça e Segurança Pública, universais e garantidores dos direitos humanos e da cidadania, fortalecidos.	USD 101.590.274	USD 4.000.000	Despesa <i>per capita</i> realizada com a Função Segurança Pública em reais correntes.	R\$ 238 (2009)	R\$ 350	Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional - STN; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.	A despesa <i>per capita</i> realizada com a Função Segurança Pública é um indicador <i>proxy</i> da fortalecimento do Sistema de Segurança Pública.	Um acréscimo na despesa com Segurança Pública pode indicar, ao invés de fortalecimento do sistema de Segurança Pública, uma piora do contexto de segurança no geral.	
			Taxas de Presos no Sistema Penitenciário por 100 mil habitantes com mais de 18 anos.	315,1 (2009)	283,6	Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional - STN; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.	O Brasil apresenta altas taxas de presos no Sistema Penitenciário quando comparado com outros países uma diminuição nesta taxa poderia sinalizar ( <i>proxy</i> ) um sistema penitenciário e judicial mais efetivo e justo, e também uma melhoria na implantação de políticas preventivas de segurança pública.	Os dados do Sistema Penitenciário não são totalmente confiáveis uma vez que são coletados em um dado mês a cada ano, representando portanto uma situação estática de um dado momento do ano. A diminuição da população prisional pode ser causada não por melhores condições de segurança pública, mas pela falência do sistema como um todo.	

**Eixo 3 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Sistemas de Justiça e Segurança Pública, universais e garantidores dos direitos humanos e da cidadania, fortalecidos.	USD 101.590.274	USD 4.000.000	Percentual de presos provisórios no Sistema Penitenciário.	35,6% (2009)	10%  Diminuição de cerca de dois terços entre 2009 e 2015.	Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional - STN; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.	A existência de presos provisórios indica uma injustiça dos sistemas judiciário e penitenciário, a diminuição percentual deste tipo de preso indica de forma aproximada ( <i>proxy</i> ) uma maior justiça social e respeito aos direitos humanos.	O alto percentual de presos provisórios é supostamente causado pela morosidade do Judiciário e não necessariamente está vinculado com problemas estruturais do Sistema Penitenciário.	
			Uso de penas e medidas alternativas.	Ver dados do DEPEN	Calcular uma meta com base no crescimento dos últimos cinco anos.	DEPEN			
			Número de Autos de Resistência registrados no Rio de Janeiro e em São Paulo.	1.330 Rio de Janeiro, 2007  2.176 São Paulo, 2007	931 Rio de Janeiro, 2015  1.523 São Paulo, 2015  Diminuição de 30% nos autos de resistência.	SENASP	Autos de resistência podem indicar o uso exagerado de força por parte da polícia, sendo assim um indicador <i>proxy</i> da violação de direitos humanos no sistema de segurança pública.	É difícil compilar dados sobre autos de resistência em nível nacional. A utilização de dados das duas maiores regiões metropolitanas do país pode não ser representativa do que ocorre nas demais localidades.	

**Eixo 3 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Sistemas de Justiça e Segurança Pública, universais e garantidores dos direitos humanos e da cidadania, fortalecidos.	USD 101.590.274	USD 4.000.000	Razão entre presos e vagas.	1,5 (2009)	Diminuição de 30% até a razão se aproximar do valor ideal (1).	Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional - STN; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.	A existência de mais presos do que vagas sugere a existência de condições inadequadas de aprisionamento e que direitos humanos são violados.	A estimativa da população prisional não leva em consideração a população aprisionada fora de presídios e nem sempre é precisa a estimativa do número de vagas ofertadas.	
			Número de formações em direitos humanos para profissionais de segurança.	4.283 profissionais de segurança pública formados em direitos humanos em 2009 (Jornadas Formativa de Direitos Humanos).	Meta a ser definida com os parceiros.	SENASP	A formação de profissionais de segurança pública em educação em direitos humanos permite uma maior sensibilização para o tema, estimulando o questionamento permanente e reflexivo sobre as práticas profissionais e institucionais no contexto social e político em que elas se dão.	Cursos ou capacitações em direitos humanos superficiais ou de forma descontínua.	Agências do sistema ONU, RENAESP, sociedade civil, etc.



**Eixo 3 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Melhoria da segurança das populações em situação de vulnerabilidade através de Políticas de prevenção e enfrentamento das violências, mais integradas e efetivas, implementadas.	USD 35.977.484	USD 28.705.971	Índice de Sensação de Segurança SIPS.	97 (2010)	Melhoria na percepção de que sua segurança melhorou.	Sistema de Indicadores de Percepção Social IPEA (SIPS), Pesquisas de Vitimização.	A percepção de uma população vulnerável sobre sua própria segurança é um indicador <i>proxy</i> do nível de segurança experimentado por estas populações.	A percepção de um indivíduo em situação de vulnerabilidade, sobre sua própria segurança, pode ser enviesada pelo contexto do período de coleta de dados, ou pela influência de informações oriundas de outras instituições como a mídia e o governo.	
			Número de estados com modelo de espaços urbanos seguros e “Territórios de Paz” implantados.	Territórios de Paz presentes em 11 estados da federação.	Expansão dos Territórios de Paz a pelo menos 20 estados da federação	SENASP	A territorialização da segurança pública com ênfase no município é uma política eficaz para a prevenção da violência	Baixo comprometimento das contrapartes locais	Governos municipais
			Número de jovens beneficiados por programas de prevenção à violência.	15.233 jovens de 15 a 24 anos participaram das ações do Projeto para Jovens em Territórios Vulneráveis (PROTEJO).	150.000 jovens atendidos até 2015.	SENASP	Políticas efetivas de segurança pública necessitam focar na população jovem.	Mudanças gerenciais e conceituais na estrutura do PRONASCI podem rever a dinâmica do programa PROTEJO.	Governo federal

**Eixo 3 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Melhoria da segurança das populações em situação de vulnerabilidade através de Políticas de prevenção e enfrentamento das violências, mais integradas e efetivas, implementadas.	USD 35.977.484	USD 28.705.971	Número de mulheres participando do programa “Mulheres da Paz”.	5261 beneficiárias em 2010.	20000 beneficiárias em 2015.	SENASP	Programas de segurança necessitam abordar a questão de gênero e empoderar mulheres.	Mudanças gerenciais e conceituais na estrutura do PRONASCI podem rever a dinâmica do programa “Mulheres de Paz”.	Governo federal
			Número de projetos sociais que promovam a educação e o conceito de cultura de paz como estratégias para a redução da violência letal contra a população entre 15 e 24 anos.	A definir	A definir	Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens (PRVL) - Observatório das Favelas.	A educação e a noção de cultura de paz e não violência são ainda os melhores mecanismos de prevenção.	Dificuldade inerente em quantificar e mensurar o impacto de projetos de cunho social voltados à prevenção da violência.	Agências do Sistema ONU e sociedade civil.
			Número de parceiros e/ou órgãos regulatórios utilizando os resultados de pesquisa que visa alertar a sociedade para a necessidade de proteger crianças expostas à publicidade infantil inapropriada	Apenas um parceiro. O DPDC - Departamento de proteção e defesa do consumidor.	Pelo menos 15 parceiros e a lei regulamentando a publicidade infantil no Brasil.	Relatórios governamentais, relatórios da mídia e relatórios das agencias reguladoras.	A publicidade infantil pode ser nociva para o bom desenvolvimento das crianças brasileiras.	Nenhum marco regulatório sobre a publicidade infantil aprovado.	DPDC, ANDI, Intervenções.

**Eixo 3 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Melhoria da segurança das populações em situação de vulnerabilidade através de Políticas de prevenção e enfrentamento das violências, mais integradas e efetivas, implementadas.	USD 35.977.484	USD 28.705.971	Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) representando o número de homicídios de adolescentes de 12 anos de idade para cada grupo de mil adolescentes de 12 anos de idade.	2,67 (2007)	0,90 (2015)	Relatório “ <i>Homicídios na Adolescência no Brasil</i> ”	Quanto maior o IHA pior menos eficazes são políticas de prevenção e enfrentamento das violências contra populações em situação de vulnerabilidade, neste caso jovens e adolescentes.	O trabalho de estimação do IHA é complexo, baseado em cálculos indiretos e por isso pode ser descontinuado. Além disso, nem sempre os registros de homicídios são precisos.	
			Número de Procedimentos Legais adotados no apoio à Aplicação da Lei Maria da Penha	331,7 mil procedimentos (2010)  111,0 mil processos (2010)  9,7 mil prisões em flagrante (2010)  1,5 mil Prisões preventivas (2010)	822,6 mil procedimentos (2015)  275,2 mil processos (2015)  24,0 mil prisões em flagrante (2015)  3,7 mil Prisões preventivas (2015)	Conselho Nacional de Justiça, Observatório da Lei Maria da Penha	O aumento no número de procedimentos da Lei Maria da Penha significa melhores políticas de prevenção e enfrentamento das violências contra populações em situação de vulnerabilidade, neste mulheres.	Um maior número de procedimentos legais pode refletir uma melhor estrutura de apoio judiciária e uma maior vulnerabilidade das mulheres. Muitas vezes fica difícil separar os sinais opostos refletidos por um número maior de procedimentos legais, sendo necessários estudos complementares para o melhor entendimento da variação deste indicador.	

**Eixo 3 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Melhoria da segurança das populações em situação de vulnerabilidade através de Políticas de prevenção e enfrentamento das violências, mais integradas e efetivas, implementadas.	USD 35.977.484	USD 28.705.971	Taxa de conhecimento da população em geral sobre a existência da lei Maria da Penha	84% de conhecimento – Mulheres  85% de conhecimento – Homens (2010)	95% de conhecimento para ambos os sexos (2015)	Secretaria de Políticas para Mulheres, Pesquisa IBOPE/ Themis, Pesquisa DataSenado e Pesquisa Fundação Perseu Abramo	O aumento no conhecimento da Lei Maria da Penha significa melhores políticas de prevenção e enfrentamento das violências contra populações em situação de vulnerabilidade, neste caso mulheres.	O maior conhecimento da Lei Maria da Penha pode refletir a melhoria das políticas de prevenção à violência doméstica. Por outro lado, ainda que haja um maior conhecimento sobre a Lei Maria da Penha isto não necessariamente significa que há uma menor tolerância social a este problema, ou que a prevenção à violência doméstica conforme previsto na lei está funcionando de forma plena.	

**Eixo 3 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Melhoria da segurança das populações em situação de vulnerabilidade através de Políticas de prevenção e enfrentamento das violências, mais integradas e efetivas, implementadas.	USD 35.977.484	USD 28.705.971	Número de instituições atuando na rede de enfrentamento	222 Centros Especializados de Atendimento à Mulher em Situação de Violência 378 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) 120 Postos/Núcleos/Seções de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns 235 Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento dos Casos de Violência Contra a Mulher 41 Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 57 Varas Adaptadas de Violência Doméstica e Familiar 30 Promotorias Especializadas/Núcleos de Gênero do MP 62 Núcleos/Defensorias Especializados de Atendimento à Mulher 215 Centros de Referência de Atendimento à Mulher 5 Núcleos (Integrados) de Atendimento à Mulher (NIAM/NUAM) 72 Casas Abrigo 1 Outros Serviços de Abrigamento Total – 1.438 (2012)	250 Centros Especializados de Atendimento à Mulher em Situação de Violência 420 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) 150 Postos/Núcleos/Seções de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns 260 Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento dos Casos de Violência Contra a Mulher 50 Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 70 Varas Adaptadas de Violência Doméstica e Familiar 45 Promotorias Especializadas/Núcleos de Gênero do MP 75 Núcleos/Defensorias Especializados de Atendimento à Mulher 245 Centros de Referência de Atendimento à Mulher 15 Núcleos (Integrados) de Atendimento à Mulher (NIAM/NUAM) 90 Casas Abrigo 1 Outros Serviços de Abrigamento Total – 1.671 (2015)	Banco de dados online da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no sítio da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).	A progressão do número de instituições compondo a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher pode servir como uma <i>proxy</i> da variação da oferta de serviços que respondem às necessidades específicas de mulheres, adolescentes e meninas de grupos discriminados ou em situações de vulnerabilidade vitimadas pela violência baseada em gênero.	A base de dados da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no sítio da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) pode estar desatualizada.  Corre-se o risco de se subdimensionar a ofertas de serviços prestados que respondam às necessidades específicas de mulheres, adolescentes e meninas de grupos discriminados ou em situações de vulnerabilidade porque existem diversos outros serviços deste tipo que funcionam fora do escopo da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.	

**Eixo 3 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Melhoria da segurança das populações em situação de vulnerabilidade através de Políticas de prevenção e enfrentamento das violências, mais integradas e efetivas, implementadas.	USD 35.977.484	USD 28.705.971	Número de Delegacias especializadas (Delegacia de Atendimento à Mulher, Delegacia de Atendimento à Terceira Idade, Delegacia de Proteção à Infância e Adolescência).	A definir.	Aumento de 20% na oferta de delegacias especializadas.	Informações coletadas junto ao Ministério da Justiça, Secretaria de Políticas para Mulheres.	O aumento do número de delegacias especializadas pode servir como um indicador <i>proxy</i> do aumento da cobertura na prestação de serviços de segurança pública para populações em situação de vulnerabilidade social.	Nem sempre o Ministério da Justiça possui os dados disponíveis para análise e o aumento de delegacias especializadas não necessariamente significa mais segurança pública para populações em situação de vulnerabilidade social.	
Melhoria da segurança das populações em situação de vulnerabilidade através de Políticas de prevenção e enfrentamento das violências, mais integradas e efetivas, implementadas.	USD 35.977.484	USD 28.705.971	Número de homicídios com orientação homofóbica ou lesbofóbica..	205 mortes (2010)	Redução do número de homicídios com orientação homofóbica ou lesbofóbica até 2015.	Informações coletadas junto a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais	A redução de homicídios com orientação homofóbica ou lesbofóbica indica o funcionamento integrado e efetivo de políticas de prevenção e enfrentamento das violências, em especial para populações em situação de vulnerabilidade social.	A variação no número de homicídios com orientação homofóbica ou lesbofóbica pode ser decorrente de fatores externos à implantação de sistemas de segurança pública e justiça integrados e efetivos.	

**Eixo 3 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Melhoria da segurança das populações em situação de vulnerabilidade através de Políticas de prevenção e enfrentamento das violências, mais integradas e efetivas, implementadas.	USD 35.977.484	USD 28.705.971	Número de municípios com propostas e projetos de segurança humana com manejo interagencial.	Projeto implementado em 2 distritos de São Paulo Capital.	Saúde, educação e desenvolvimento social engajados na proposta de segurança humana em, pelo menos, 6 distritos de São Paulo Capital	Informes de projetos	A segurança humana é um conceito a ser trabalhado e integrado além da segurança cidadã.	Focalizar somente na área de segurança cidadã.	MS-MDS-MEC.
			Número estados que criam entornos propícios para pedestres e controle da delinquência .	0	Linha de base e plano de ação local do Projeto Vida no Trânsito construído em duas cidades que participam do projeto.	Informes do Projeto Vida no Trânsito	Implementação dos Planos de Ação Locais estaduais reduzem acidentes viários e a delinquência.	Planejamento urbano e vial sem coerência com os planos de ação locais.	Ministério da Saúde, secretarias municipais de saúde, sociedade civil.

**Eixo 3 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
População Brasileira melhor protegida contra emergências e desastres naturais.	USD 6.125.000		Despesa realizada com a Função Segurança Pública - Subfunção Defesa Civil em milhões de reais por ano.	R\$ 2.788,7 (2009)	R\$ 6.450,4	Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.	A despesa direcionada para a Defesa Civil é um indicador <i>proxy</i> do nível de proteção da população brasileira contra emergências e desastres naturais.	O valor orçamentário alocado para Defesa Civil pode subir por conta de um maior número de desastres e emergências, ou diminuir por conta de um menor número de desastres e emergências, sem que isso signifique uma maior alocação <i>per capita</i> de recursos para vítimas de desastres e emergências, ou uma melhoria qualitativa no trabalho da Defesa Civil.	
			Número de alertas emitidos por novo sistema nacional que utilize recursos científicos e tecnológicos para prevenção e alerta voltado a desastres naturais.	Sistema não existente	Funcionamento pleno do sistema com rede de cooperação implantada e capaz de emitir alertas sobre todas as condições climáticas previsíveis.	Relatório emitido pela coordenação do sistema.	Utilizar a capacidade instalada de ciência e tecnologia do país para que, de forma coordenada, possa monitorar as condições climáticas nacionais e, ainda, facilitar a cooperação internacional nesta área.	A não integração do sistema de monitoramento técnico-científico com as ações de apoio social.	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT e o Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE



**Eixo 3 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de Verificação	Hipóteses	Riscos (Em forma de observações)	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
População Brasileira melhor protegida contra emergências e desastres naturais.	USD 6.125.000		Criação do Plano Nacional de Prevenção e Alerta.	Não existe um plano. (2010)	Plano Elaborado (2015).	Secretaria Nacional de Defesa Civil.	A implantação do Plano Nacional de Prevenção e Alerta significa que a população estará melhor protegida contra emergências e desastres naturais.	A criação não garante a implantação e a qualidade das ações do Plano Nacional de Prevenção e Alerta, nem que o mesmo terá recursos suficientes.	VNU
			Brasil melhora as capacidades básicas de vigilância e resposta de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional. (2005)	Planos de melhoramento das capacidades de vigilância e resposta elaborados em 60% dos 184 lugares selecionados.	Planos de melhoramento das capacidades de vigilância e resposta implementados em 100% dos lugares selecionados.	Planos de melhoramento das capacidades de vigilância e resposta.	Cumprimento do Regulamento Sanitário Internacional no que tange a vigilância e resposta às epidemias pelos 184 lugares selecionados.	Rede Nacional de Vigilância e Resposta não é capacitada para cumprir com o Regulamento Sanitário Internacional.	Ministério da Saúde, secretarias estaduais e municipais de saúde

## Eixo 4 - Cooperação Sul-Sul no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de verificação	Hipóteses	Riscos	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Fortalecimento de uma cultura de cooperação intersetorial entre instituições brasileiras com a consolidação de mecanismos de cooperação sul-sul.	USD 3.589.868	USD 1.000.000	Número de instituições e servidores brasileiros atuando em iniciativas de cooperação intersetorial com a participação das Nações Unidas.	Relatório COBRADI (IPEA-ABC) Manual da Cooperação Sul-Sul Brasileira.	Aumento para 100 instituições e servidores brasileiros atuando em iniciativas de cooperação intersetorial com a participação do SNU	Relatório COBRADI (IPEA-ABC) Levantamentos anuais através de Registro do MRE/ABC, de outros Ministérios e Instituições dos Governos Federal, Estaduais e Municipais.	Uma consolidação na cultura de cooperação no Brasil pode ser avaliada pelo incremento da cooperação intersetorial com participação das Nações Unidas.	Os riscos estão no desafio de coordenação entre vários parceiros envolvidos em ações de cooperação.	OIT, Ministério das Relações Exteriores, ABC, Ministério do Planejamento. Outras instituições do Governo Federal, Estados e Municípios, sociedade civil, poderes legislativos, agências bilaterais e setor privado.
			Número de novos procedimentos e normas implementados para uso ampliado da cooperação sul-sul.	Inexistente	Criação de novos procedimentos para a cooperação sul-sul triangular em conjunto com agências das Nações Unidas.	Registros do MRE/ABC e em outras áreas e instituições dos Governos Federal, Estaduais e Municipais.	A consolidação de uma nova plataforma de cooperação depende da criação de novos procedimentos e regras que definam o ambiente de cooperação.	Dificuldade de criação de novas regras e procedimentos.	Ministério das Relações Exteriores, ABC, Ministério do Planejamento. Outras instituições do Governo Federal, Estados e Municípios, sociedade civil, poderes legislativos, agências bilaterais, VNU e setor privado.

**Eixo 4 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de verificação	Hipóteses	Riscos	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Fortalecimento de uma cultura de cooperação intersetorial entre instituições brasileiras com a consolidação de mecanismos de cooperação sul-sul	USD 3.589.868	USD 1.000.000	Número de novos instrumentos que permitam o monitoramento e avaliação da cooperação sul-sul triangular.	Inexistente	Pelo menos 1 – Novo procedimento por parte do governo estabelecidos com apoio das Nações Unidas.	Registros do MRE/ABC e em outras áreas e instituições dos Governos Federal, Estaduais e Municipais	A parceria entre governo brasileiro e Nações Unidas contribui para o desenvolvimento de melhores instrumentos de monitoramento da cooperação sul-sul triangular	Baixa utilização dos instrumentos de verificação por parte das instituições envolvidas.	Ministério das Relações Exteriores, ABC, Ministério do Planejamento. Outras instituições do Governo Federal, Estados e Municípios, sociedade civil, poderes legislativos, agências bilaterais e setor privado.
			Número de novos parceiros incluindo sociedade civil, parlamentares, mídia e setor privado na cooperação sul-sul triangular voltada para estímulo à governança e apropriação por parte de países terceiros.	Relatório COBRADI (IPEA-ABC)	100	Registros do MRE/ABC e em outras áreas e instituições dos Governos Federal, estaduais e Municipais, entre outros	O fortalecimento da cooperação sul-sul triangular passa pelo engajamento de novos parceiros nacionais	O maior risco do uso desse indicador é a heterogeneidade entre os diferentes grupos de parceiros incluídos.	Ministério das Relações Exteriores, ABC, Ministério do Planejamento. Outras instituições do Governo Federal, Estados e Municípios, sociedade civil, poderes legislativos, agências bilaterais e setor privado.

**Eixo 4 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de verificação	Hipóteses	Riscos	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Ampliação dos mecanismos de gestão do conhecimento sistematizado	USD 53.452.368	USD 1.000.000	Número de instituições brasileiras de governo, sociedade civil e academia caracterizadas como boas práticas em sua mobilização para ações de cooperação sul-sul triangular sistematizados	0 (não criado)	Definição de critérios para a inclusão de experiências em bases de conhecimento.	Registros do MRE/ABC	A identificação e sistematização da base de conhecimento das experiências, políticas, programas e projetos brasileiros é base para uma transferência exitosa desses conhecimentos e tecnologias.	Além do número é importante que se tenha critério para inclusão na base de conhecimentos.	Ministério das Relações Exteriores, ABC, Ministério do Planejamento. Outras instituições do Governo Federal, Estados e Municípios, sociedade civil, poderes legislativos, agências bilaterais e setor privado.
			Número de boas práticas e conhecimentos mapeados e sistematizados para compartilhar com outros países e regiões no âmbito da cooperação sul-sul triangular	0	50 registrados em relatório analítico	Registros do MRE/ABC	Uma plataforma de gestão de conhecimento sobre as práticas e conhecimentos que constituem a experiência brasileira é condição fundamental para a cooperação sul-sul triangular.	Essas práticas e conhecimentos precisam ser classificadas de acordo com critérios (como participação social, sustentabilidade e atenção à demanda de outros países) que precisam ainda ser consensuados.	Ministério das Relações Exteriores, ABC, Ministério do Planejamento. Outras instituições do Governo Federal, Estados e Municípios, sociedade civil, poderes legislativos, agências bilaterais e setor privado.

**Eixo 4 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de verificação	Hipóteses	Riscos	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Ampliação dos mecanismos de gestão do conhecimento sistematizado			Brasil estabelece mecanismos de desenvolvimento regional em saúde, incluindo parcerias, saúde internacional e advocacia para prover recursos técnicos e financeiros mais sustentáveis para dar suporte à Agenda de Saúde das Américas (ASA).	5 projetos CTP Sul-Sul no marco ASA e PECS/CPLP aprovados.	Aprovação de pelo menos 10 projetos CTP Sul-Sul no marco ASA e PECS/CPLP.	Publicação de Avaliação e Lições Aprendidas sobre cooperação técnica entre países.	CT Sul-Sul sistematizada possibilitando a avaliação de experiências exitosas e de lições aprendidas.	Sistematização parcial das ações de CT Sul-Sul	Ministério da Saúde
Expansão da Agenda de Cooperação sul-sul baseada em pautas abrangentes planejadas e complementares	USD 50.500.000	USD 6.500.000	Números de projetos assinados ou implementados de cooperação sul-sul triangular que envolvam um componente interagencial.	0	10	Registros do MRE/ABC	A ação interagencial em apoio à cooperação sul-sul triangular pode otimizar esforços e contribuições técnicas, mas não se aplica a todos os casos. O aumento da cooperação sul-sul interagencial resulta em apoio mais efetivo para o governo na implementação de suas atividades de cooperação.	As ações inter-agenciais devem se basear no mérito das ações e na pertinência de ter várias agências envolvidas. Se este critério for preservado, o trabalho conjunto não seria apenas uma formalidade, mas representaria um valor agregado do sistema.	Ministério das Relações Exteriores, ABC, Ministério do Planejamento. Outras instituições do Governo Federal, Estados e Municípios, sociedade civil, poderes legislativos, agências bilaterais e setor privado.

**Eixo 4 - continuação**

Outcomes	Recursos alocados por Outcome		Indicador	Linha de Base	Meta para 2015	Meios de verificação	Hipóteses	Riscos	Parceiros
	Disponíveis	A mobilizar							
Expansão da Agenda de Cooperação sul-sul baseada em pautas abrangentes planejadas e complementares	USD 50.500.000	USD 6.500.000	Número de projetos de cooperação humanitária implementadas pelo Governo Brasileiro e o Sistema ONU	O Grupo Interministerial sobre Coop. Humanitária Int'l (GIAHI) foi criado pelo decreto de 21/06/06 e reúne 11 Ministérios que atuam na área de cooperação humanitária.	Presença do Governo Brasileiro em operações de paz, atividades de prevenção e reconstrução, conforme necessidade por parte da comunidade internacional.	Registros do MRE/GIAHI	Participação ativa do Gov. Brasileiro e ONU, nos países e regiões atingidas por calamidades socionaturais e por situações de risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários de sua população.	No caso de problemas orçamentários internos, tem-se o risco de campanhas de mídia contrária às doações humanitárias do Governo.	Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Defesa. Outras instituições do Governo Federal, sociedade civil, poderes legislativos, agências bilaterais, setor privado, UNICEF, PMA e ACNUR.

